



P
ARA DESENVOLVER
A TERRA
MEMÓRIAS E NOTÍCIAS
DE GEOCIÊNCIAS
NO ESPAÇO LUSÓFONO

Quinta-Ferreira, M., Barata, M. T.,
Lopes, F. C., Andrade, A. I.,
Henriques, M. H., Pena dos Reis, R.
& Ivo Alves, E.

Coordenação

A CONCEPÇÃO DE COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS
COMO ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO, GESTÃO E VALORIZAÇÃO
DA PAISAGEM E DA GEODIVERSIDADE DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL

THE CONCEPTION OF CULTURAL ENVIRONMENTAL
COMPLEXES AS PROTECTION, MANAGEMENT AND ENHANCEMENT
STRATEGY OF THE BELO HORIZONTE METROPOLITAN REGION,
BRAZIL GEODIVERSITY AND LANDSCAPE

F. B. Almeida¹, A. Sancho², M. Lousada³ & R. Leitão⁴

Resumo – O presente ensaio apresenta os resultados dos estudos voltados à conformação de Complexos Ambientais Culturais (CAC), no âmbito do processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI), realizado nos anos de 2009 e 2010. Os complexos ambientais culturais resultam do estudo das vocações ambientais e culturais da RMBH, e consistem em uma estratégia que visa interferir positivamente na proteção e promoção do patrimônio paisagístico e da geodiversidade da RMBH, privilegiando uma abordagem integrada e transversal de planejamento e gestão. Nessa direção, os estudos envolveram a identificação de unidades de paisagem geoambientais, identificação e caracterização de conjuntos paisagísticos da RMBH e o reconhecimento das demandas sociais da população metropolitana. A partir daí, foi possível reconhecer os elementos culturais e ambientais conformadores da identidade metropolitana, identificar políticas público-institucionais que determinam sua estruturação, bem como novas formas de apropriação social de espaços públicos, com vistas à conformação de Complexos Ambientais Culturais na RMBH.

¹ Professora Assistente III do Departamento de Geografia/Curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil; fabianabernardes@hotmail.com

² Professor Assistente II do Departamento de Geografia/Curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil; altairsancho@hotmail.com

³ Professora Assistente III do Departamento de Geografia/Curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil; lousadamarcia@yahoo.com.br

⁴ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil; rmfleitao@hotmail.com

Palavras-chave: Paisagem; Complexos Ambientais Culturais; Região Metropolitana de Belo Horizonte

26

Abstract – This paper presents the studies results about the conception of cultural environmental complexes (CAC), in the process of preparing the Master Plan for Integrated Development of the Belo Horizonte Metropolitan Region (PDDI), accomplished during 2009 and 2010. The cultural environmental complexes resulting from the research of RMBH environmental and cultural vocations, and consist in a strategy to aim contribute the RMBH landscape and geodiversity protection and promotion, favoring the integrated approach planning and management. In this sense, studies involving the identification of landscape geoenvironmental units, identification and characterization of RMBH landscaped sets and recognition of the social demands of the metropolitan population. Therefore, it was possible to recognize environmental and cultural elements that resign metropolitan identity, identify institutional public policies that determine their organization, as well as new forms of social appropriation of public spaces, with a view to resign the cultural environmental complexes in the RMBH.

Key-words: landscape, cultural environmental complexes, Belo Horizonte Metropolitan Region.

1 – Introdução

A Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, localizada na região centro-sul do Estado de Minas Gerais, Brasil, foi instituída em 1973 pela Lei Complementar nº14. Originalmente composta por 14 municípios, atualmente a RMBH é formada por 34 municípios (conforme Figura 1, abaixo), terceira maior aglomeração urbana do Brasil, com uma população 4.882.977 habitantes, conforme o Censo 2010 (IBGE, 2010). Considerada o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais, seu produto metropolitano bruto (PMB) somava em 2008 cerca de 61 bilhões de dólares (IBGE, 2010), o que representa cerca de 40% da economia e 25% da população do Estado.

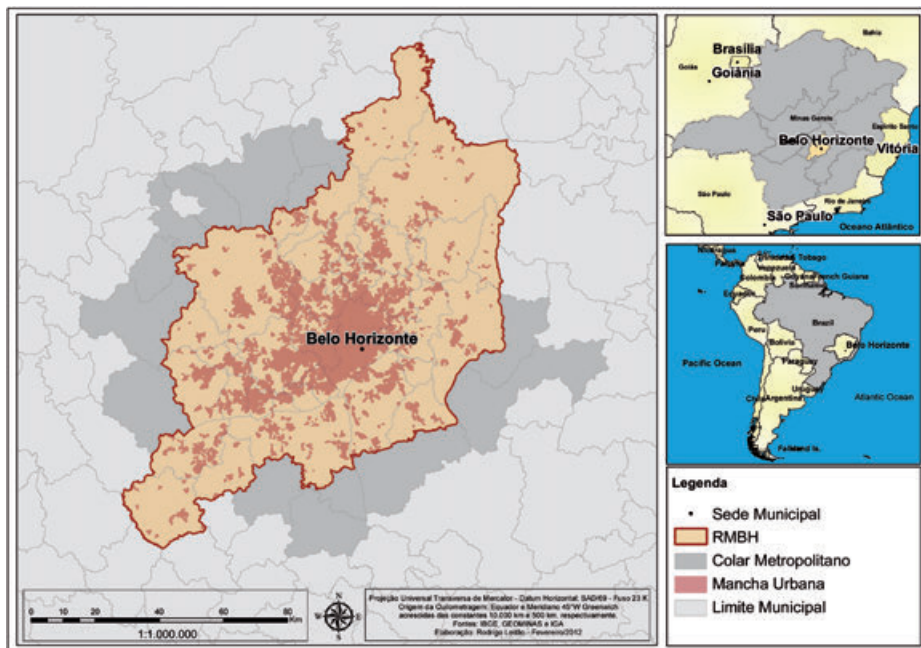


Fig. 1 – Localização da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Segundo PDDI (2010), depois de quase 10 anos de interrupção das ações concretas de planejamento metropolitano⁵, o Governo do Estado decidiu implantar um novo modelo de gestão metropolitana a partir de 2004, após um amplo processo de discussão pública. Em 2006, com a aprovação das Leis Complementares 88, 89 e 90, foi estabelecido o novo arranjo institucional para a gestão e planejamento da RMBH. Foram definidos como órgãos de gestão a Assembléia Metropolitana e o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (criados em 2007), e como órgão de suporte técnico e de planejamento a Agência de Desenvolvimento Metropolitano – Agência RMBH (criada em 2009). Foram definidos também os instrumentos de gestão metropolitana, que funcionam como dois pilares do sistema – um de planejamento, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH), ou Plano Metropolitano, e outro financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Ainda em 2009, o processo de construção do Plano Metropolitano foi iniciado, sob a Coordenação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da Universidade

⁵ Em 1974 foi criado o ente gestor da RMBH sob a forma de uma autarquia estadual, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Plambel. O Plambel, extinto em 1996, foi responsável por uma rica e extensa experiência de planejamento integrado, pela elaboração de diagnósticos e planos de alto nível técnico e pela formação de uma geração de planejadores ainda atuantes na RMBH. Todavia, o planejamento metropolitano vigente à essa época caracterizava-se pelo excessivo centralismo e autoritarismo, não abrindo espaço para a participação efetiva dos municípios nem da sociedade civil.

Federal de Minas Gerais – UFMG⁶. Fundamentado em pressupostos mais democráticos, participativos e incluídos, o PDDI se propôs a construir um processo abrangente de planejamento da RMBH, com vistas à transformação social, econômica e ambiental desse território e à (re)afirmação do sentido de solidariedade e de identidade metropolitana, de maneira a impactar positivamente na melhoria da qualidade de vida de seus moradores⁷.

Considerando esses objetivos, um dos desafios do processo de planejamento foi conceber um caminho teórico-metodológico direcionado ao estudo, proteção, gestão e valorização das paisagens metropolitanas, a partir de uma perspectiva voltada ao reconhecimento da importância das interações e relações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, de maneira a privilegiar os aspectos materiais e simbólicos deste processo de apropriação territorial. Nessa direção, priorizou-se uma visão que questiona a tradicional ideia de distanciamento e separação de cultura e natureza - refletida na adoção de políticas e programas específicos e independentes para o patrimônio natural e para patrimônio cultural - justamente por essa abordagem implicar em iniciativas pouco eficazes de proteção e valorização dos recursos naturais e culturais, órgãos com pouca transversalidade em planejamento, além de ações, orçamentos e dotações financeiras díspares, que acabam por reforçar esse distanciamento.

Inspirados nessa perspectiva, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar a experiência de conformação de Complexos Ambientais Culturais, no âmbito do processo de concepção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os Complexos Ambientais e Culturais (CAC's) representam uma iniciativa voltada à proteção e promoção do patrimônio paisagístico na RMBH, privilegiando uma abordagem integrada e transversal de planejamento e gestão.

2 – Bases teóricas para a concepção dos CAC'S

O desafio de se conceber a proposta dos Complexos Ambientais Culturais partiu da necessidade de se considerar as várias camadas que compõem a metrópole no processo histórico de sua formação. HISSA & MELO (2008, p. 297), mencionando David Harvey, reconhecem a cidade contemporânea como “[...] uma superposição de camadas espaciais distintas que vão se acumulando ao longo do tempo.” Sua identidade resulta da leitura do todo que a preside e, ao mesmo tempo, de suas particularidades, que incorporam as relações do cotidiano.

Os complexos ambientais culturais resultam da leitura dos marcos paisagísticos relacionados aos processos de apropriação do espaço da metrópole, em suas várias formas, ou seja, pela compreensão das relações que são estabelecidas entre o homem e o lugar onde vive. Segundo LEFF & VALENZUELA (2001), deve-se pensar as formações sociais como resultado da interação das populações com o ambiente – uma *práxis* social decorrente de sua adaptação ao meio. A apropriação da natureza e sua transformação

⁶ Em parceria com a Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG e Universidade Estadual de Minas Gerais, reunindo cerca de 170 profissionais, entre professores, pesquisadores, consultores e alunos de pós-graduação e graduação dessas universidades.

⁷ Para maiores informações sobre o PDDI, ver <<http://www.rmbh.otg.br>>.

dependem das relações que se estabelecem entre o meio físico e as diferentes culturas. A esse respeito, COSTA *et al.* (2008, p. 94) citando Norgaard, afirma que “[...] os aspectos culturais e ambientais evoluem estreitamente interligados [...] (pois decorrem) de uma visão contemporânea da ciência, em que as distinções entre cultura e natureza tendem a ficar menos nítidas”. Essa reflexão evidencia a necessidade do (re)conhecimento e compreensão do valor simbólico do patrimônio cultural para uma determinada população, cuja abrangência incorpora bens culturais, móvel e imóvel ou natural, estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou biofísico (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

Nessa direção, os CAC’s são compreendidos como parte integrante do patrimônio cultural que compõem as paisagens regionais da RMBH e que, dessa forma, apresentam-se, visualmente, como objetos. Nesta dimensão, podem ser definidos por suas formas estruturais (geoambiental e construída), resultantes da ação do homem sobre a natureza. Esta ação é geradora de significados e valores às formas/objetos. Nessa direção, estudar os conjuntos paisagísticos significa adentrar o território nas suas dimensões visíveis, para então, compreender seus valores e significados. Da mesma forma que, ordenar o território envolve, sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, além de uma dimensão concreta marcada pelas bases físicas, forças de trabalho e pelas relações de produção (HAESBAERT, 1997).

3 – O processo de conformação dos CAC’S

A elaboração do presente estudo da RMBH, à luz dos complexos ambientais culturais, abarcou diferentes escalas de análise. Em um primeiro momento, adotou-se a escala microrregional, com o intuito de identificar as unidades geoambientais que imprimem identidade geofísica à metrópole. A partir de estudos de SAADI (2002), sobre as bases geoambientais formadoras das paisagens regionais encontradas na RMBH, foi possível identificar e definir cinco unidades geoambientais da RMBH: Quadrilátero Ferrífero, Depressão Belorizontina, Borda Oeste da Serra do Espinhaço Meridional, Grupo Bambui/Carste e Médio Paraopeba. Estas unidades geoambientais constituíram o ponto de partida para a compreensão das vocações ambientais e culturais da RMBH, e possibilitaram a identificação e posterior aprofundamento dos estudos de seus conjuntos paisagísticos, pano de fundo das propostas de concepção de complexos ambientais culturais. Tais estudos, que consideraram a escala local de análise (considerada como área mínima resultante de dois limites municipais), envolveram a identificação e caracterização de conjuntos paisagísticos de significativa relevância simbólica no contexto da metrópole, a partir de elementos naturais, históricos e culturais, por unidade geoambiental.

Neste etapa, considerou-se como variáveis para identificação espacial de cada conjunto paisagístico, os corredores naturais (serras e vales) capazes de integrar, em função dos valores histórico e simbólico, cidades e distritos localizados nas respectivas áreas de influência de cada conjunto. As pesquisas envolveram levantamento de dados em fontes secundárias, análise dos planos diretores municipais, levantamento de programas e projetos em execução na RMBH, capazes de contribuir para a estruturação

de complexos ambientais culturais, e entrevistas com interlocutores municipais⁸. O objetivo foi identificar: a) marcos paisagísticos da RMBH; b) diversos tipos de uso e ocupação do solo, com enfoque nas áreas sociocultural, ambiental, turística e de lazer; c) potencial turístico; d) grandes áreas degradadas e; e) redes de comunicação, principais vias de acesso, sistema de transportes, entre outros. Na figura 02, abaixo, apresenta-se a disposição dos conjuntos paisagísticos no âmbito das cinco unidades geoambientais supracitadas:

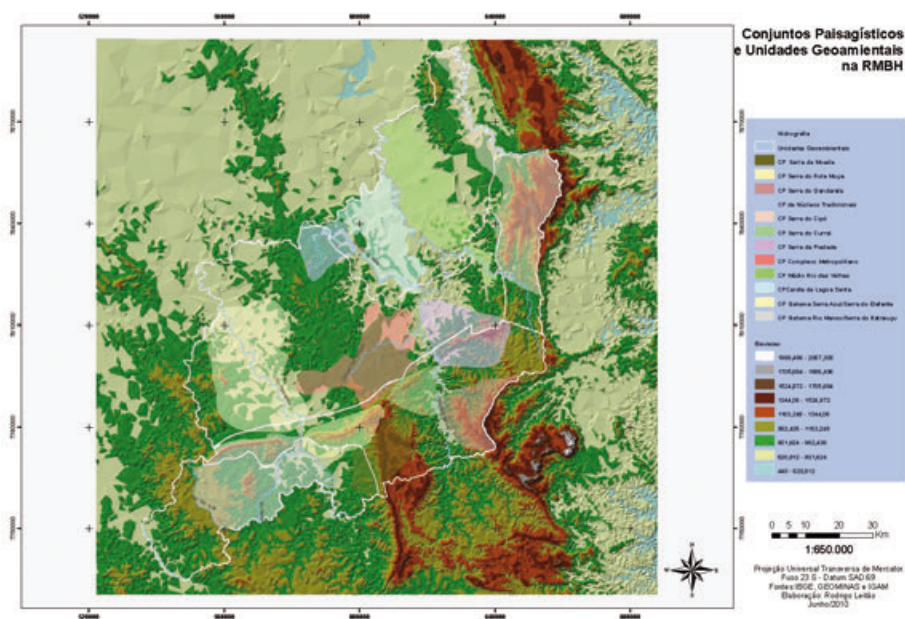


Fig. 2 – Unidades Geoambientais e respectivos Conjuntos Paisagísticos da RMBH.

A Unidade Geoambiental Quadrilátero Ferrífero está localizada na região sul da RMBH e incorpora cinco Conjuntos Paisagísticos: Serra da Moeda; Serra do Rola Moça/Três Irmãos; Serra do Curral; Serra do Gandarela e Serra da Piedade. Essa região, considerada a mais importante província mineral do sudeste do Brasil, constitui o marco principal da interiorização da ocupação portuguesa no século XVIII, em virtude da presença de grandes jazidas minerais, aspecto que condicionou o processo de descoberta e colonização do território regional. Como resultado deste processo, o Quadrilátero Ferrífero abriga um significativo acervo histórico, arquitetônico e artístico-cultural do período do Ciclo do Ouro, que remontam à época do Brasil-Colônia e que constituem o berço da identidade cultural mineira e brasileira. Além de sua relevância cultural, a região possui grande importância sob a perspectiva natural, reunindo várias nascentes e mananciais que contribuem decisivamente para o abastecimento de água da

⁸ Uma visão detalhada sobre a análise dos planos diretores municipais e dos projetos estruturantes existentes na RMBH é apresentada em <www.pddi.org.br>

RMBH e, também, para recarga de mananciais superficiais e subterrâneos e formação de diversas cachoeiras e lagoas, que interferem diretamente na atração de visitantes. A região do Quadrilátero Ferrífero vem sofrendo inúmeros impactos associados ao crescimento da visitação turística e de lazer, ampliação da urbanização (sobretudo pela construção de condomínios horizontais), uso agrícola e intensificação da exploração dos recursos minerais (em especial, o minério de ferro).

A Unidade Geoambiental Depressão Belo Horizontina abarca a porção centro-leste da RMBH e se estende até a porção oeste desta região, abrangendo três conjuntos paisagísticos: Sistema Serra Azul/Serra do Elefante; Represa Várzea das Flores e Centro Metropolitano. Em decorrência da forte ação da atividade mineradora no domínio da Depressão Belo Horizontina, sobretudo ao longo década de 1980, verifica-se a existência de diversas áreas remanescentes desta atividade na região. Partes dessas áreas encontram-se atualmente ociosas e, podem vir a se tornar potenciais pontos de observação das cidades ou mesmo áreas de lazer, constituindo, portanto, novos espaços de apropriação social. Nessa região, pode-se destacar a existência de traços de ruralidade, representados pela presença e forte incentivo à agricultura familiar, festas típicas e fazendas históricas, que conformam na região uma vocação para o turismo rural e ecológico. Ao mesmo tempo, a Depressão Belorizontina concentra a grande área urbana da RMBH, representada por uma extensa e contínua mancha urbana. Além de uma ampla rede de serviços, esta região apresenta grande diversidade de equipamentos e eventos culturais e espaços de lazer, que se consolidam como marcos paisagísticos locais, com grande reconhecimento e representatividade social.

Na região nordeste da RMBH, está localizada a Unidade Geoambiental Borda Oeste do Espinhaço, que abrange o conjunto paisagístico Serra do Cipó. Nesta área, iniciam-se de forma mais visível as feições geomorfológicas da Serra do Espinhaço, denominada localmente de Serra do Cipó. Essa região incorpora ainda inúmeras manifestações culturais, festas religiosas, artesanato e culinária local. Como resultado deste potencial, o turismo tem se desenvolvido com grande intensidade, sobretudo, a partir de balneários, *campings*, hotéis-fazenda, entre outros. Esta região tem sofrido fortes pressões antrópicas, representadas pelo intenso desmatamento e impactos sobre os mananciais de água, decorrentes da ocupação do território, atividades agropecuárias e visitação turística.

Já a Unidade Geoambiental Bambuí, localizada na porção Norte-Noroeste da RMBH, é formada por rochas carbonáticas metassedimentares conhecidas como Grupo Bambuí. Nesta unidade, foram considerados dois conjuntos paisagísticos: APA Lagoa Santa/Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN) e os Núcleos Tradicionais do entorno da APA Lagoa Santa/AITN. O primeiro conjunto paisagístico integra o denominado relevo Cárstico, resultante da dissolução da rocha carbonática que produz uma paisagem com características peculiares, de relevo relativamente aplainado. Grutas, sítios arqueológicos, lagoas, paredões calcáreos são elementos marcantes dessa unidade ao lado de construções históricas e das instalações contemporâneas do complexo aeroportuário do AITN e do Centro Administrativo do Governo do Estado, recentemente inaugurado. São áreas de grande beleza cênica onde ocorrem sítios de importância arqueológica, paleontológica e espeleológica de importância para o estudo da origem do homem nas Américas e como provedora de mananciais de água subterrânea para abastecimento público. Outra paisagem identificada tem como eixo principal o vale do Ribeirão da Mata,

onde estão localizados os núcleos urbanos mais adensados que surgiram em função do sistema ferroviário, onde se desenvolveram as sedes municipais e as atividades industriais que fortaleceram o processo de ocupação da região na primeira metade do Séc. XX. O estado de conservação da região indica impactos ambientais negativos sobre os recursos naturais e sobre os elementos da paisagem, decorrentes da intensificação de atividades minerárias, seguida pela pressão de ocupação para residências de final de semana e pelas atividades industriais.

Por fim, na Unidade Geoambiental da Porção Sul do Médio Paraopeba, localizada na região noroeste da RMBH (que abrange os municípios de Brumadinho, Itaguara, Itatiaiuçu e Rio Manso) foi identificado o conjunto paisagístico Rio Manso/Serra do Itatiaiuçu. O Conjunto Paisagístico Rio Manso/Serra do Itatiaiuçu é composto por elementos marcantes como o Pico do Itatiaiuçu, no município de Itatiaiuçu; o Museu de Arte Contemporânea e Jardim Botânico Inhotim, em Brumadinho; e o Sistema Rio Manso da Copasa, nos municípios de Rio Manso, Brumadinho e Itatiaiuçu. O Conjunto possui ainda grande riqueza no ponto de vista cultural, como bens patrimoniais materiais e imateriais, muitos destes tombados, comunidades tradicionais, manifestações culturais, como as guardas de congo e Moçambique, e artesanato em tear. De uma maneira geral, o caráter rural predomina nos municípios que envolvem esse Conjunto, sendo que a agricultura é predominantemente familiar, com presença marcante de pequenas e médias propriedades.

Em geral, o estudo sobre os conjuntos paisagísticos da RMBH evidenciou um grande potencial natural e cultural, capaz de fundamentar a proposição de novos espaços metropolitanos de significativa representatividade sociocultural, ao mesmo tempo em que alertou para a necessidade de se adotar estratégias de conservação da geo e biodiversidade, ampliação de espaços verdes e de lazer para a população, incremento de políticas culturais e de iniciativas de educação, de forma estruturante e abrangente. Nessa direção, com base na identificação das vocações geoambientais, históricas e culturais da metrópole e das políticas públicas estruturadoras desse território, do reconhecimento elementos culturais e ambientais conformadores da identidade metropolitana, bem como de novas formas de apropriação social de espaços públicos, foi possível conceber a proposta dos complexos ambientais culturais em uma escala microrregional (CAC). A implementação dos CAC's está ancorada em políticas voltadas: i. à autonomia e fortalecimento das diferentes manifestações culturais; ii. à proteção dos marcos paisagísticos de cada conjunto paisagístico; iii. à recuperação ambiental das áreas degradadas; iv. à ampliação de espaços culturais e verdes para a população metropolitana, e; v. ao incremento de infraestrutura viária e urbana para criação de uma rede integrada de lugares metropolitanos.

No âmbito de cada CAC foi possível apontar também, mesmo que de maneira preliminar, complexos locais, que resultam da identificação de lugares metropolitanos existentes e/ou potenciais, bem como de suas interações/interseções. Os lugares metropolitanos são concebidos como espaços de pertencimento da população metropolitana, locais de encontro e de trocas culturais. Sua relevância natural e/ou cultural e forte expressão simbólica, associada ao seu caráter dinâmico, impedem a delimitação exata de "fronteiras" entre os complexos locais, aspecto que comprometeria a natureza desses territórios. Nessa direção, foi realizado um esforço incipiente de aproximação dos territórios dos CAC's, apresentado na figura 3, abaixo.

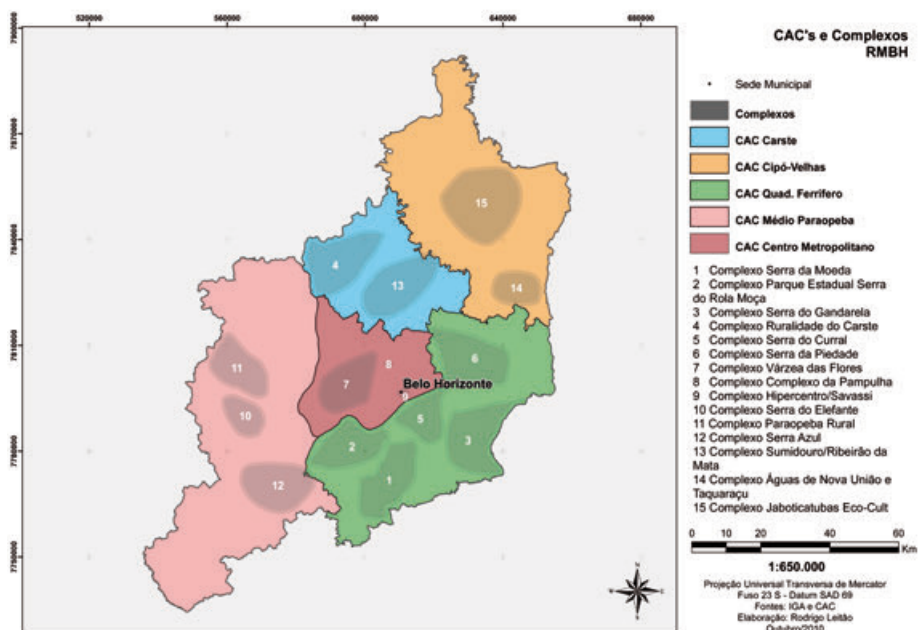


Fig. 3 – CAC's e Complexos Locais da RMBH.

A presente proposta de conformação de Complexos Ambientais Culturais representa um esforço incipiente mas profícuo no sentido de se interferir positivamente na proteção e promoção do patrimônio paisagístico na RMBH, a partir de uma abordagem integrada e transversal de planejamento e gestão. Para tanto, são necessárias iniciativas voltadas ao aprofundamento dos estudos dos Complexos Ambientais Culturais da RMBH, com o intuito de identificar e caracterizar as vocações ambientais e culturais dos complexos locais, bem como as relações de apropriação social inerentes nesses territórios. Ao mesmo tempo, é preciso analisar criticamente as atuais estratégias de proteção do patrimônio natural e cultural adotadas pelos órgãos de cultura e meio ambiente, com o objetivo de se reaproximar as abordagens, políticas e ações até então essencialmente setoriais e desarticuladas conferidas aos bens naturais e culturais, materiais e imateriais. Um mecanismo possível nesse sentido refere-se à realização de acordos de cooperação técnica entre equipes desses órgãos para a realização de ações integradas de proteção e planejamento, considerando a perspectiva conceitual de paisagem adotada nesse estudo. Por fim, outra ação central no processo de conformação e implementação dos CAC's refere-se à definição de um desenho institucional de gestão desses complexos, com o objetivo de maximizar a capacidade de atendimento das diferentes demandas nos territórios e continuidade das propostas de unificação dos interesses locais em torno de um ideal territorial de promoção e proteção da paisagem comum.

A proposta dos CAC's deve ultrapassar, portanto, a possibilidade de fortalecer apenas uma vocação cultural e turística, para propiciar a conformação de lugares metropolitanos, que além de retratar as diversas formas de apropriação do espaço pela sociedade, evidenciem o pertencimento à metrópole e, ao menos tempo, a riqueza da cultura local.

4 – Considerações finais

34

A proposta de conformação de Complexos Ambientais Culturais, ancorada na identificação e análise das vocações ambientais e culturais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, evidencia a importância de se criar meios para uma gestão pública integrada do patrimônio paisagístico da metrópole, mediante o comprometimento das políticas públicas com as necessidades da população, a diversidade cultural e ambiental. Tal esforço implica na adoção de estratégias voltadas à autonomia e fortalecimento das diferentes manifestações culturais, proteção dos marcos paisagísticos, recuperação ambiental das áreas degradadas, ampliação de espaços culturais e verdes para a população metropolitana e incremento de políticas culturais e de iniciativas de educação ambiental, de forma estruturante e abrangente.

As paisagens não mudam de lugar, mas mudam de função e significação, permanentemente, conforme a dinâmica dos territórios. É papel do Estado, nesse sentido, favorecer a criação de paisagens conformadas pelas relações de uso e prática da vida social. Esse desafio exige a incorporação de dois princípios para a implantação de complexos ambientais culturais na RMBH: o respeito à diversidade cultural e natural e a autonomia dos grupos sociais. Caso contrário, os esforços técnicos e financeiros destinados a este fim poderão servir apenas ao cumprimento de programas de governo, algo bastante distante do sentido do papel do Estado.

Nesse cenário, os complexos ambientais culturais assumem um papel importante no sentido de promover a articulação e integração de planos, programas e ações intermunicipais nas áreas ambiental, cultural, econômica e social, de modo a estimular o fortalecimento de instâncias de gestão regional, visando à proteção do patrimônio natural e cultural, o fortalecimento das tradições culturais e à apropriação social do território, numa perspectiva inclusiva.

5 – Referências Bibliográficas

- COSTA, G. M., MENDONÇA, J., MONTE-MÓR, R., COSTA, H., FARIA, C. & ROCHA, C. (2008) - Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte, MG: *C/Arte*, 304 p.
- FUNARI, P. P. & PELEGRINI, S. (2006) - Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: J. Zahar, 72p.
- HAESBERT, R. (1997) - Des-territorialização e identidade: a rede gaucha no nordeste. Niteroi, R. J.: EDUFF, 293p.
- HISSA, C. & MELO, A. (2008) - Cidades e Escritura: Cartografias do Transitório In Saberes Ambientais. Org. Hissa, C. Ed. UFMG.
- IBGE (2010) - Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Contas Nacionais 33. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro. ISSN 1415-9813
- LEFF, E. & VALENZUELA, S. (2001) - Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 240 p.
- PDDI (2010) - Proposta de Estudos Referenciais e Elaboração de Estratégias de Ação para o Planejamento do Desenvolvimento Integrado da Região metropolitana de Belo Horizonte. PDDI-RMBH. Disponível em <<http://www.rmbh.org.br>> Acesso em 01/02/2012.
- SAADI, A. (2002) - Unidade ambientais da grande BH. In: BDMG. Os Complexos Ambientais da GBH como fatores de diferenciação e competitividade. Belo Horizonte. Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.